



TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços jurídicos para assessoria e consultoria com o objetivo de elaboração de minuta de proposta para nova Lei Orgânica do Município e minuta de proposta do novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Jupi/PE.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Lei orgânica do Município de Jupi é datada de 11 de março de 1990 e o Regimento Interno criado através do Projeto de Resolução nº 003/2002, completaram mais de três e duas décadas, respectivamente, das suas aprovações, e ao longo deste período inúmeras modificações foram realizadas nos dispositivos legais destes instrumentos;

2.2. Atrelado a isso, a Constituição Federal e leis de aplicação nacional sofreram nos últimos anos profundas e incisivas alterações, em diversos aspectos que têm reflexo nos municípios;

2.3. Assim, justifica-se a pretendida contratação visando a atualização normativa para que os as atividades legislativas possam ocorrer de maneira ainda mais assertiva e dentro dos ordenamentos constitucionais.

3 DOS OBJETIVOS

3.2. Rever e atualizar a Lei Orgânica do Município de Jupi bem como o Regimento Interno da Câmara Municipal, apontando as inconstitucionalidades, ilegalidades e impropriedades nela existentes e, conforme distorções apresentadas, propor um novo texto contendo os dispositivos mais apropriados a esses instrumentos legislativos.

4 DOS SERVIÇOS

4.1. Elaboração de proposta de nova Lei Orgânica do Município, acompanhada de justificativa, pautada na doutrina e jurisprudência predominantes, com vistas a compatibilizá-la à Constituição Federal, de forma a atender aos princípios e demais preceitos constitucionais vigentes;

4.2. Elaboração de Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno – RI da Câmara Municipal, baseado nos postulados da Constituição Federal e na orientação da melhor doutrina e da jurisprudência que regem a matéria.

5 ETAPAS DOS SERVIÇO

5.1. Os trabalhos relativos a estes Projetos terão a duração de 08 (oito) meses e serão desenvolvidos em 06 (seis) etapas, descritas a seguir:

5.1.1. 1ª Etapa – Análises dos Documentos e elaboração das versões preliminares

I. da Lei Orgânica Municipal;

II. do atual Regimento Interno da Câmara;

III. Nesta etapa, após detalhada análise da Lei Orgânica e do atual Regimento Interno da Câmara, serão elaborados a justificativa e a Proposta de nova Lei Orgânica, bem como a versão preliminar do Projeto de Resolução





que institui o novo Regimento Interno da Câmara Municipal, alinhado ao ordenamento vigente.

5.1.2. 2ª Etapa – Apresentação e discussão da versão preliminar da Proposta de nova Lei Orgânica do Município

I. Esta etapa consistirá em reuniões virtuais com o técnico da Contratada para a apresentação e discussão, com a Comissão designada pelo Presidente do Legislativo local da Proposta de nova Lei Orgânica Municipal.

5.1.3. 3ª Etapa - Elaboração da versão final da Proposta de nova Lei Orgânica do Município

I. Nesta etapa será elaborada a versão final da Proposta de nova Lei Orgânica do Município.

5.1.4. 4ª Etapa - Apresentação e discussão da versão preliminar do Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno da Câmara Municipal

I. Esta etapa consistirá em reuniões virtuais com o técnico da Contratada para a apresentação e discussão, com a Comissão designada pelo Presidente do Legislativo local, da versão preliminar do Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno da Câmara Municipal.

5.1.5. 5ª Etapa - Elaboração da versão final do Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno

I. Nesta etapa será elaborada a versão final do Projeto de Resolução do novo Regimento Interno.

5.1.6. 6ª Etapa - Entrega das versões finais da Proposta de nova Lei Orgânica Municipal e do Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno da Câmara Municipal

I. Uma vez finalizados, a Proposta de nova Lei Orgânica Municipal e o Projeto de Resolução que institui o novo Regimento Interno da Câmara Municipal, ambos serão entregues à Câmara Municipal, ocasião em que dar-se-á por concluído o Projeto.

6 EQUIPE TÉCNICA

6.1. Para a execução do Projeto descrito nesta proposta, a Contratada alocará 01 (um) especialista em Direito Público;

6.2. A Contratada mobilizará, ainda, sua equipe técnica de apoio especiais necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

7 ORÇAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O Projeto de Revisão e Atualização da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal deverá ser realizada em 07 (sete) parcelas mensais e





iguais no valor de R\$ 5.700,00 (sete mil quinhentos e setenta reais), totalizando o valor global de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais).

8 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os serviços pretendidos serão custados com recursos próprios da Câmara Municipal, dentro da seguinte dotação orçamentária:

01 – Legislativa

01.031 – Ação Legislativa

01.031.0201 – GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO

01.031.0201.2201 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

9 INÍCIO DO PROJETO

9.1. O Projeto será iniciado a partir do 5º (quinto) dia útil após a emissão da ordem de serviço, que será emitida posterior a assinatura do contrato e publicação de seu extrato.

10 DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DO CONTRATADO

10.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, taxas, fornecimento de materiais necessários e todos as demais despesas necessárias para a execução dos serviços;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Contratante;

10.1.3. Executar fielmente o objeto contratado, respeitando os prazos estabelecidos;

10.1.4. Manter durante toda a vigência contratual, as exigências estabelecidas para habilitação ou condições determinadas para a contratação, sob pena de rescisão contratual e posterior aplicação de penalidades previstas;

10.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência da contratante.

10.2. DO CONTRATANTE

10.2.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

10.2.2. Proporcionar ao contratado todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos da Lei 14.133/21;

10.2.3. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, que deverá anotar em registro próprio todas eventuais ocorrências verificadas;





11 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do objeto ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21;

11.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, conforme art. 138, I da Lei Federal 14.133/21, consensual, por acordo entre as partes, conforme inciso II também do art. 138 ou ainda determinada por decisão arbitral, conforme inciso III do mesmo dispositivo;

11.4. Nos dois primeiros casos mencionados no subitem anterior (rescisão unilateral ou consensual), deverão observar as disposições contidas no § 1º do art. 138 da Lei Federal 14.133/21;

11.5. Nos casos de extinção decorrente de culpa exclusiva da administração, nos termos do § 2º do art. 138 da Lei Federal 14.133/21, o contratado deverá ser ressarcido nos termos dos incisos de I a III deste dispositivo;

11.6. Nos casos de extinção unilateral, a contratada ficará sujeita às possíveis consequências estabelecidas no art. 139 da Lei Federal 14.133/21.

12 PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O empenhamento somente será efetuado, e consequentemente paga a despesa, na forma prevista no instrumento convocatório e legislação aplicável;

12.2. A ACONTRATADA é responsável pelos pagamentos de quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução contratual;

12.3. O pagamento dos serviços será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias corridos mediante recebimento pela contratante dos serviços a serem realizados ao longo do contrato, da apresentação e do ateste da Nota Fiscal/Fatura respectiva;

12.4. Nos casos de eventual(is) atraso(s) de pagamento(s), ocorrido(s) por culpa única e exclusiva do CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão, entre o prazo do referido atraso a correspondente ao efetivo adimplemento de parcela, será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

I = Índice de atualização financeira (Variação do IPCA do mês inerente ao atraso da fatura/30).

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

12.5. A Atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência;

12.6. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado nesse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.





13 DO REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados em periodicidade anual contada a partir da data de apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado, publicado pelo IBGE, no período correspondente;

13.2. Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar a avença, a empresa contratada deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito;

13.3. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

14. DAS PENALIDADES

14.1. O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Lei Federal 14.133/21;

14.2. O Fiscal do contrato representará a administração sempre que verificar indícios de cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo;

14.3. As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA ao previsto do art. 155 a 163 da Lei Federal 14.133/21;

14.4. A competência para a aplicação das sanções é atribuída ao Chefe do Executivo Municipal;

14.5. As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

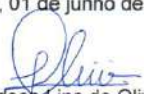
15 DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agrestina-PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure;

15.2. A contratação obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

15.3. A CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, arcará com despesas a título de lucros cessantes.

Jupi, 01 de junho de 2023.


Lédson Lins de Oliveira
Presidente

